PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

TATIANE CLAIR SILVA

RESUMO
A escola é um espaço de manifestação de diversidades, entretanto, nem sempre estas são trabalhadas e levadas em consideração com a devida seriedade. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as percepções de alunos sobre a homossexualidade no contexto escolar. Para tanto, aplicou-se um questionário semiestruturado com 12 questões sobre diversidade sexual para 115 alunos da 1ª série do Ensino Médio (EM) de uma escola pública da periferia de São Paulo. Os resultados evidenciaram que o nível de aceitação de alunos homossexuais na escola foi de 80%. 70% afirmaram não ter preconceito algum. 96% responderam não levarem em consideração a opinião preconceituosa religiosa sobre homossexualidade. Entretanto, 61% concordaram que ser homossexual é uma opção. 88% concordaram que a educação para diversidade sexual não é uma doutrinação, mas apenas 68% concordaram que a escola deve abordar discussões sobre o tema. Quando perguntados se os professores desenvolvem propostas de combate a homofobia, 54% responderam que não. Inclusive, 58% responderam que os professores não estão preparados para falar sobre diversidade sexual. Os dados levantados confirmaram resultados que a literatura vem expondo, por exemplo, que os alunos estão abertos para as discussões. Contudo, muitos docentes não tem as qualificações necessárias para abordar as temáticas.

Palavras-chave: Escola-Alunos; Diversidade Sexual; Homofobia.

ABSTRACT
The school is a space for the manifestation of diversities, however, these are not always worked on and taken into account with due seriousness. This research aimed to understand students' perceptions of homosexuality in the school context. To this end, a semi-structured questionnaire with 12 questions about sexual diversity was applied to 115 students of the 1st grade of High School (EM) of a public school in the outskirts of São Paulo. The results showed that the level of acceptance of homosexual students at school was 80%. 70% said they had no prejudice at all. 96% answered that they did not take into account the prejudiced religious opinion about homosexuality. However, 61% agreed that being homosexual is an option. 88% agreed that education for sexual diversity is not indoctrination, but only 68% agreed that the school should address discussions on the subject. When asked if teachers develop proposals to combat homophobia, 54% answered no. In fact, 58% answered that teachers are not prepared to talk about sexual diversity. The data collected confirmed results that the literature has been exposing, for example, that students are open to discussions. However, many teachers do not have the necessary qualifications to address the issues.

Keywords: School-Students; Sexual Diversity; Homophobia.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço ímpar de manifestação de diversidades, entretanto, estas nem sempre são trabalhadas e levadas em consideração com a devida seriedade. É papel da escola trabalhar o desenvolvimento das potencialidades físicas e cognitivas dos alunos de maneira contextualizada, como também, as potencialidades afetivas, ou seja, a socialização das diferenças, buscando tornar seu cotidiano e rotina um ambiente que favoreça a consciência em relação às manifestações das diversidades humanas – levando sempre em consideração – os princípios dos Direitos Humanos.

A escola, portanto, tem como desafio ético-social trabalhar valores e princípios que norteiam a conduta cidadã na sociedade. Pode ser utilizada como um instrumento estratégico de conscientização. Aliás, desenvolver propostas e ações pedagógicas que contribuem para o processo de humanização é um dos principais objetivos da escola.

De acordo com Saviani (2011), a educação deve ser entendida como o ato de produzir

em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Esta humanidade precisa estar acompanhada pelo reconhecimento dos direitos humanos em relação as diversidades sociais, ao multiculturalismo, as manifestações e preferências dos sujeitos. Como efeito, combater toda forma de preconceitos, racismos, homofobias e exclusões afins.

No caso do contexto escolar, como apontado por Junqueira (2009, p. 17), deve-se combater a "pedagogia do insulto", bem como, a "Pedagogia do armário", que de acordo com Junqueira (2013, p. 481), é o "conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual."

Freire (1987, 1996), apontou que a escola deve desenvolver a emancipação da consciência ingênua para a consciência crítica, ou seja, levar os educandos a serem capazes de pensar de forma mais autônoma possível. Isto é, como sujeitos criticamente formados para entenderem a dominação mental que opera objetivamente e subjetivamente na sociedade. Dominação esta que se reproduz amplamente por meio de ideologias presentes no próprio processo educativo – discurso escolar – conformados os sujeitos ao aparente e relegando a proximidade da essência dos fatos, tornando, desta forma, os sujeitos imobilizados para a consciência crítica e a "práxis". Inclusive, aceitando como naturais manifestações de preconceitos, exclusões, racismos, homofobias.

Saviani (2011) defende que uma das funções da educação básica é possibilitar o acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados historicamente. O problema seria o caráter mecânico dessa transmissão, ou seja, feita desligada das razões que a justificam e sem que os professores disponham de critérios para discernir entre aqueles conhecimentos que precisam ser transmitidos. Isto sobrecarrega os currículos com conteúdos desconexos das necessidades sociais. Por isso, os currículos devem ser lidos e praticados de forma crítica (APPLE, 1982), entendidos como um instrumento pedagógico flexível que necessita se adequar aos contextos sociais e suas necessidades. (SILVA, 2007). Isto significa que temas que foram e ainda são relegados na composição curricular, precisam ser incluídos como conteúdos obrigatórios. Tais como: direitos humanos, a nova formatação familiar, a diversidade de gênero, a diversidade sexual, o combate a homofobia etc., devem permear permanentemente as práticas pedagógicas.

Sabendo disso, esta pesquisa teve como objetivo compreender as percepções de 115 alunos da 1ª série do Ensino Médio (EM) sobre a manifestação da homossexualidade no contexto escolar, bem como, entender como veem que os professores tratam a questão.

METODOLOGIA

Para fazer o levantamento de dados foi construído um questionário semiestruturado com 12 questões. As questões diziam respeito a manifestação da diversidade sexual (homossexualidade) no contexto escolar.

O questionário foi aplicado e respondido por 115 alunos do EM de uma escola pública do município de Suzano, São Paulo. A média de idade dos alunos era de 15 anos.

Os alunos que responderam o questionário estudam e moram em regiões periféricas (alguns no entorno da escola), locais vulneráveis social, cultural e economicamente. Os alunos veem a escola como um lugar de interação e trocas de experiências entre eles.

O questionário foi construído a partir de leituras de pesquisas que tiveram o mesmo foco. As respostas dos alunos foram tabuladas, aplicadas no programa Excel 2010, isto possibilitou a construção de gráficos, facilitando assim a visualização dos resultados e o desenvolvimento das análises.

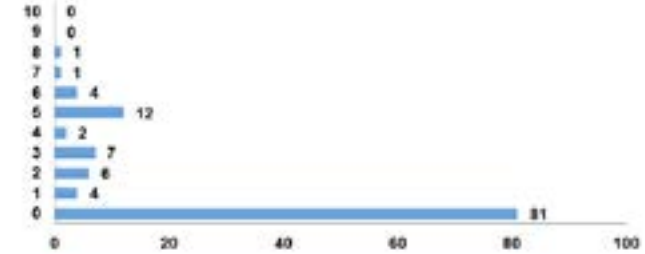
Na fundamentação teórica foi utilizado o relatório da "Coleção Educação para Todos" lançado pelo Ministério da Educação do Brasil e a United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO): "Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas". (JUNQUEIRA, 2009). Organizado por Rogério Diniz Junqueira et al.

RESULTADOS

Os principais resultados encontrados foram os seguintes: em relação a dimensão aceitação, o nível de aceitação de alunos homos-

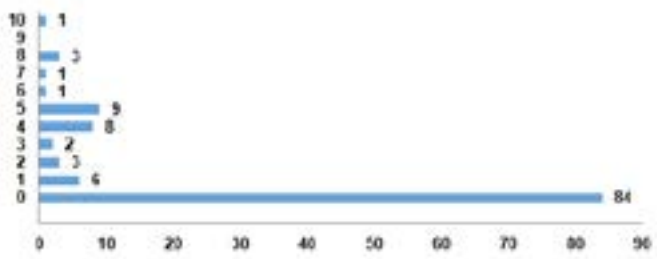
sexuais na escola e em sala de aula são ótimos respectivamente, numa escala de 0 a 10 pontos, onde 0 significa ótima aceitação, e 10 péssima aceitação, o grau de aceitação ficou na faixa 0 para mais de 80% dos alunos pesquisados (gráficos 01 e 02). Da mesma forma em relação a ter colegas ou amigos homossexuais, o grau de aceitação foi ótimo para mais de 80% dos alunos pesquisados (gráfico 03), aliás, 81% dos alunos assumiram ter colegas ou amigos homossexuais (gráfico 04).

Gráfico 01.
Nível de aceitação de alunos homossexuais NA ESCOLA.



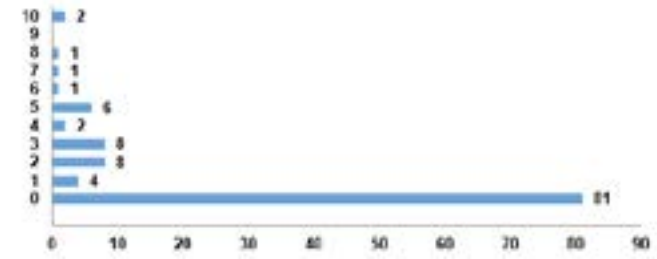
Fonte: os autores.

Gráfico 02.
Nível de aceitação de alunos homossexuais na SALA DE AULA.



Fonte: os autores.

Gráfico 03.
Nível de aceitação de alunos homossexuais como COLEGA/AMIGO



Fonte: os autores.

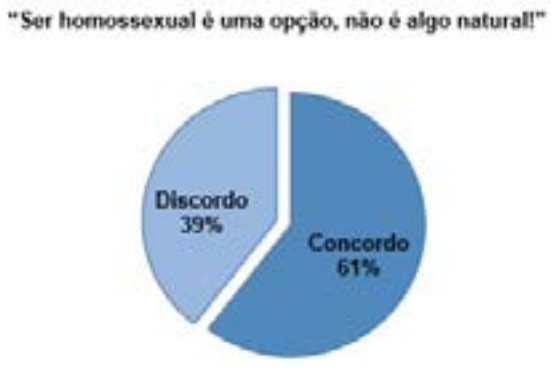
Gráfico 04.
Respostas dos alunos sobre se tem amigos homossexuais.



Fonte: os autores

Em relação à questão que dizia respeito se os alunos homossexuais deveriam ter os mesmos direitos que os demais alunos, todos os alunos pesquisados responderam concordando que sim. Contudo, 61% concordam que a homossexualidade é uma opção que a pessoa faz. Enquanto, 39% concordam que é algo natural (inata) que nasce com a pessoa.

Gráfico 05.
Opinião dos alunos sobre a questão de ser homossexual ser ou não uma opção.



Fonte: os autores.

Importante destacar que 96% dos alunos responderam que não concordam com a posição religiosa preconceituosa em relação a homossexualidade, como expresso no gráfico 06.

Gráfico 06.
Influências religiosas na opinião dos alunos

sobre a homossexualidade



Fonte: os autores.

Em relação ao preconceito, apenas 5% dos alunos responderam que continuam tendo preconceitos sobre a homossexualidade, a grande maioria, 95%, responderam que não tem ou que está lutando contra o preconceito.

No que diz respeito a dimensão educação para diversidade sexual na escola, 68% concordam que a escola deve abordar discussões sobre diversidade sexual. 88% concordaram que a educação para diversidade sexual não é uma doutrinação para converter "almas à homossexualidade", mas uma forma de conscientização sobre os direitos humanos e promoção do respeito e bom convívio.

Na dimensão professores e a educação para diversidade, 58% dos alunos responderam que os professores não estão preparados para falar sobre questões de gêneros e sexualidades, bem como, combater a homofobia. Quando perguntados se os professores combatem a homofobia durante as aulas, 54% responderam que não.

DISCUSSÃO

Desde os estudos de Bourdieu e Passeron (2011) e uma gama de outros, conforme Junqueira (2009, p. 14), "as visões encantadas acerca do papel transformador e redentor da escola têm sido fortemente desmistificadas". Nesta perspectiva, a escola não apenas transmite conhecimentos, mas reproduz padrões sociais, perpetuando concepções, valores e fabricando sujeitos - corpos e identidades -¬¬, reproduzindo e legitimando relações de poder. (FOUCAULT, 2005). Desse modo, a educação se constituiu historicamente e se constitui nos dias atuais como um espaço disciplinador e normalizador da conduta humana.

No espaço da educação escolar, conforme Louro (2000), os sujeitos que estão fora dos padrões socialmente aceitos, são vistos como rebeldes e colocados à margem das preocupações curriculares, bem como, de uma educação que tenha como foco o respeito aos direitos humanos.

Desse modo, aqueles que não fazem parte do padrão heteronormativo aceito socialmente, sofrem violências homofóbicas. Haja vista que está encrustado no ambiente escolar, bem como, na sociedade como um todo, a concepção de que a sexualidade natural é o macho e a fêmea, e as formas de relacionamentos entre estes, ou seja, homem com mulher e vice-versa. Sendo a homossexualidade tida como um comportamento "ati-natural". (ALÍPIO in JUNQUEIRA, 2009).

À guisa de definição conceitual, homossexualidade é uma característica atribuída aos seres vivos que se sentem atraídos seja física, estética ou emocionalmente por um outro ser vivo que possua o mesmo sexo biológico e o mesmo gênero que o seu. A homossexualidade enquanto orientação sexual é caracterizada quando uma pessoa pode viver experiências afetivas e sexuais com outra pessoa que seja principalmente ou exclusivamente do mesmo sexo que ela. (JUNQUEIRA, 2009).

Importante destacar que foi muito recentemente que a homossexualidade deixou de ser considerada como um problema mental. Em 1973, Associação dos psiquiatras americanos retirou-a da lista das doenças mentais. Até 1975, as sociedades de psicanálise não aceitavam homossexuais como psicanalistas. E foi apenas em 1991 que a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista das doenças. (JUNQUEIRA, 2009).

Antes de prosseguir com a discussão, é importante esclarecer outra pergunta: afinal, o que é homofobia? Conforme Rios in Junqueira (2009), homofobia é uma forma de preconceito que pode resultar em discriminação, violências e até morte daqueles que se declaram homossexuais. Há de certa forma nas atitudes homofóbicas medo daqueles que não compartilham da heteronormatividade, isto, resulta em homofobias afins. Estes, como registrado por Alípio in Junqueira

(2009, p. 101), são "vítimas do imaginário domesticado de suas épocas." O autor continua e registra:

É importante ressaltar que, no longo processo de colonização do imaginário de nossas sociedades, ganhou força uma concepção que corresponderia a uma naturalização da sexualidade humana, cujo efeito mais destacado é ter criado a idéia segundo a qual a heterossexualidade seria inata (a natureza daria os exemplos em todas as espécies), sendo então natural e normal, e a homossexualidade seria uma tendência adquirida, nem natural nem normal. (ALÍPIO in JUNQUEIRA, 2009, p. 101).

Esse discurso é amplamente utilizado em países com fortes vínculos religiosos, principalmente cristãos e mulçumanos. Como observado no gráfico 05, 61% dos alunos concordam que "Ser homossexual é uma opção, não é algo natural!". Embora aqui no Brasil o preconceito "anti-homossexual" é abertamente manifesto em programas de TV, rádio, nas escolas, por professores, padres, pastores, políticos, estando o país entre aqueles que têm taxas recordes de assassinato de homossexuais. (ALÍPIO in JUNQUEIRA, 2009). Mas, na contramão dessa tendência, como expresso no gráfico 06, ao lerem a afirmação: "Minha religião não aceita a homossexualidade, por isso também não aceito!", 91% dos alunos discordaram desta afirmação.

De certa forma, não levando em consideração algumas concepções religiosas anti-homossexualidade, os alunos manifestaram entender que o destino humano não se restringe a seu ser biológico ou sexual. Isto é um avanço considerável. Certamente por conta de ser uma geração que está acompanhando as mudanças a esse respeito, inclusive na configuração familiar, e também nas garantias dos direitos humanos. Nestes termos, estão manifestando entender que os direitos são para todos os seres humanos, independentemente de suas singularidades e distinções, certamente por isso, 96% responderam que os homossexuais devem ter os mesmos direitos e garantias que as demais pessoas.

A Resolução número 12, de 16 de Janeiro de 2015 estabeleceu parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino. Formulou orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização, inclusive a inclusão do nome social nos documentos escolares, como nas listas de chamada, nos históricos escolares, bem como, o uso dos banheiros femininos pelos transexuais, como expresso no Art. 6° da Resolução 12 citada acima, "Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito." Há ainda muitas resistências em relação a esses direitos, mas há escolas que apresentam experiências bem-sucedidas.

Contudo, faz-se necessário que os governos estabeleçam programas e metas sobre a temática direitos humanos e respeito as diferenças onde sejam combatidas todas as formas de discriminação e de violência e, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais, isto deve ser um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pode vim a ser um lugar privilegiado de conscientização sobre diversidade sexual, todavia, faz-se necessário que medidas sejam colocadas em prática para iniciar este processo. Os dados expostos neste artigo confirmaram o que a literatura vem discutindo, ou seja, evidenciaram que os alunos estão abertos para as discussões. Contudo, a escola com seu conservadorismo empaca os avanços que outros setores da sociedade vêm experimentando.

Há também o problema da formação docente para trabalhar a questão, haja vista que parcela significativa dos professores não tem as qualificações necessárias para abordar a temática. E aqueles que apresentam condições formativas de levantar discussões, sentem-se em muitos casos intimidados pelo conservadorismo latente. Quando não, sofrem perseguições por defenderem

os direitos das minorias.
O que quase sempre não é entendido é que os direitos humanos são princípios que devem ser aplicados para qualquer ser humano, independente de sua cor, etnia, sexualidade, religião e preferências afins. Os direitos humanos estão acima de qualquer outro princípio, são essenciais pois protegem e garantem os direitos e liberdades individuais e coletivas.
As escolas enquanto instituições educativas precisam acrescentar em seus Projetos Políticos Pedagógicos, currículos, planos de ensino, projetos e ações pedagógicas afins discussões sobre diversidades, isto com vistas à conscientização sobre a importância dos direitos do outro de se expressarem como melhor lhe satisfazem. Gerando assim a devida conscientização sobre o respeito às singularidades identitárias do outro. Contribuindo também para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e altruísta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M.W. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, P. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Editorial Vega, 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN; Brasil, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em abril de 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – Saberes Necessários à prática Educativa. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 2005.

JUNQUEIRA, D. R. (UNESCO). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, D. R. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Retratos da Escola, v. 7, p. 481-498, 2013.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. - Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. 11ª.ed. Campinas, Autores Associados, 2011.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.